



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA COLEGIADA

ATA Nº 6 DA DIRETORIA COLEGIADA, REALIZADA EM 8 DE MAIO 2023.

Em **8 de maio de 2023**, às **10h00**, reuniram-se na Sala de Reunião Virtual da Presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas os seguintes membros da Diretoria Colegiada: a Presidenta, Sr^a. **Joenia Wapichana**, a Diretora de Administração e Gestão, Sr^a. **Mislene Metchacuna Martins Mendes**; a Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Sr^a. **Lucia Alberta Andrade de Oliveira**; a Diretora de Proteção Territorial, Sr^a. **Maria Janete Albuquerque de Carvalho**; assim como, na condição de convidados (sem direito à voto), o Procurador-Chefe da Funai, Sr. **Matheus Antunes de Oliveira**, o Coordenador-Geral de Gestão Estratégica, Sr. **Artur Nobre Mendes**, a Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas, Sr^a. **Estella Libardi de Souza**; e a Chefe de Gabinete da Presidência, Sr^a. **Marinete Cadete da Silva**.

A Presidenta iniciou a reunião saudando e agradecendo a participação de todos, informando que a reunião estava sendo online, por ter testado positivo para Covi-19, e pela urgência do assunto, concurso público, que é prioridade. Todos os membros da diretoria colegiada de acordo com a inversão de pauta.

A pauta a ser deliberada pela Dircol na presente reunião:

1. Autorização para Concurso Público;
2. Concurso Interno de Remoção (CIR);
3. Prédio para a sede da Funai;
4. Projeto para o Fundo Amazônia;
5. Informes gerais.

Foi dada a palavra para **Diretora da DAGES**. Informa sobre constante cobrança de respostas por parte dos servidores a respeito do andamento do Plano de Carreira Indigenista, bem como, sobre reabertura da mesa de diálogo entre representantes de entidades de servidores e direção da FUNAI, onde mencionam a provável realização de greve, caso não tenham respostas. Outro ponto, após a suspensão do Concurso Interno de Remoção (CIR) e diante da autorização do Concurso Público sugeriu deliberação por parte da DIRCOL, o cancelamento do Concurso Interno de Remoção (CIR). A **Coordenadora Estella**, ressaltou que não faz mais sentido prosseguir com o processo do CIR, já que foi autorizado o concurso. A partir da data de 2 de maio a Funai terá 6 meses para lançar o edital do concurso público, portanto, é necessário focar na constituição da comissão organizadora do concurso público e manter a comissão do concurso interno de remoção, acrescentando mais membros ligados as diretorias e a presidência, de forma a iniciar o processo o quanto antes para a publicação do edital. A Comissão do concurso é necessariamente coordenado pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, mas podem participar servidores de outras áreas. Então, a sugestão é que cada diretoria indique um representante e a presidência também. Passando para outra pauta, a Diretora informa sobre necessidade de realizar o redimensionamento dos espaços no prédio da Funai. Informa que na semana passada, houve visita dos servidores do MPI, que teriam a intenção de dividir o espaço com a Funai, entretanto, os mesmos não possuem recursos próprios para locação de imóvel, podendo articular com o MGI disponibilidade de recursos para tanto. Na oportunidade, a DAGES informou aos servidores do MGI que iniciamos estudos para redimensionar os espaços e entregar pelo menos um andar, visando diminuição dos gastos a fim de atender as solicitações de locação de imóveis para funcionar as CRs e CTLs que não possuem prédios próprios. Temos intenção de buscar outras alternativas junto a SPU para instalação da FUNAI Brasília. A decisão sobre redimensionar espaços do prédio tem que ocorrer o mais breve possível, pois em setembro, temos que renovar ou cancelar o contrato. Já foi solicitando para as diretorias nos enviar uma lista com os espaços que não estão sendo utilizados, para que possamos fazer uma proposta de relocação para a utilização desses espaços vazios.

A **Diretora da DPDS**, informa, caso, a Funai vá para um prédio que necessite de reforma, podemos apresentar na proposta para o Fundo Amazônia, com o recurso podemos reformar o prédio, entra como melhoria na estruturação da FUNAI, sugeriu, que visitem o prédio dos Correios. A **Diretora**, também comentou sobre a participação da Funai na oficina do BNDES sobre o Fundo Amazônia no Rio de Janeiro, foram representantes de cada diretoria e da Presidência, e teve a participação do MPI, SESA e a equipe do BNDES. Um dos encaminhamentos saiu da conversa do Eloy Secretário do MPI com a Tereza Campello, uma das diretoras do BNDES, que seria a melhoria da estrutura da Funai e a implementação dos PGTAS. Ficou acordando a participação do MPI no GT, e que a GIZ está disponível para nos ajudar na elaboração da proposta do projeto. Foi deliberado que o MPI será parceiro na proposta, não terá o papel de interveniente, para não criar mais burocracia, no projeto da Funai.

O **PFE**, sugere que a procuradoria participe do diálogo sobre o projeto para o Fundo Amazônia, que seja um arranjo institucional, pois, é um tema muito delicado, que tenha uma análise jurídica, para que na hora da assinatura do convênio esteja tudo conforme os tramites legais. Informa que na próxima semana, a ouvidoria Nacional do Ministério dos Direitos Humanos, estará no estado do Mato Grosso do Sul, para acompanhar as denúncias relativas a violações direitos humanos a população indígena. E a **PFE** do estado estará acompanhando a comissão e irá comunicar a coordenação regional da visita.

Para a **Diretora da DPT**, a alternativa mais viável, é o cancelamento do CIR e focar no concurso público para atender as necessidades das unidades e diretorias, especialmente para as CRs. E depois fazer um processo seletivo para a remoção específica para as coordenações regionais. Outra sugestão, é que sejam criados critérios para definição da onde vai ser disponibilizadas vagas para não ser só o critério de número de servidores lotados. Informa que na quarta-feira terá reunião com a Infraero sobre as pistas de pouso da Terra Indígena Yanomami.

O coordenador do CGGE, **Artur Nobre Mendes**, informa que a data da segunda oficina sobre o PPA, foi antecipada e a FUNAI deverá apresentar a proposta ao MPI até o dia 12 de maio, e o MPI apresenta a proposta até 19 de maio, sem tempo hábil para consultas. Essa semana vai se reunir com as diretorias e com o Museu do Índio, para organizar as propostas e enviar para o MPI. A segunda oficina sobre o PPA, será no dia 5 de junho de 2023. O IBGE, encaminhou um e-mail convidando a Funai para o encerramento formal do censo em RR. O coordenador pediu que as Metas intermediárias, que é a avaliação institucional, fosse inserida na pauta da reunião da Dircol, pois o prazo se encerra no dia 30 de junho.

ASSUNTOS SUBMETIDOS À DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA:

1. A Diretoria Colegiada aprova a suspensão do edital do Concurso Interno de Remoção (CIR), pois, saiu a autorização para um novo concurso e, é preciso adaptar os números de vagas para a contratação de novos servidores. Dages/Funai, divulgar um comunicado oficial em relação a essa situação;
2. Solicitar reconsideração aos pedidos de requisição de servidores para outros órgãos do governo, bem como, suspender remoções a pedido ou *ex-officio*, enquanto não finalizar o CIR;
3. Que o concurso seja regionalizado, que atenda as demandas das diretorias, que tenha números de vagas específicas para indígenas e seja proposta a reserva de pelo menos 30% de vagas, conforme já vem sendo dialogado com o MGI;
4. Para a próxima reunião da Dircol constituir a Comissão Organizadora do Concurso, para criar a proposta do edital. A comissão organizadora do Concurso Público, seja, a mesma comissão do CIR, que será formada por um representante de cada Diretoria, um representante da Presidência, um representante da PFE; e outros da Dages.
5. Restabelecimento da mesa de diálogo sobre o plano de carreira com as entidades representativas dos servidores, marcar a data de retorno para a próxima semana;

6. Ver a possibilidade de um novo prédio para o funcionamento da Funai, com custos mais reduzidos;
7. Aprovado pela Dircol os 3 pontos proposta no projeto que será apresentado ao Fundo Amazônia, e sem a interveniência do MPI.

Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a 6ª Reunião da Diretoria Colegiada da FUNAI de 2023. Estes foram os termos da reunião, ocorrida em 8 de maio de 2023. Encaminhe-se para assinatura dos membros da Diretoria Colegiada.

JOENIA WAPICHANA
PRESIDENTA

LUCIA ALBERTA ANDRADE DE OLIVEIRA
DIRETORA
DPDS

MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO
DIRETORA
DPT

MISLENE METCHACUNA
DIRETOR
DAGES

Brasília - DF, 27 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Alberta Andrade de Oliveira, Diretor(a)**, em 27/07/2023, às 20:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mislene Metchacuna Martins Mendes, Diretor(a)**, em 27/07/2023, às 21:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joenia Wapichana, registrada civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente**, em 31/07/2023, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Diretor(a)**, em 07/08/2023, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5377254** e o código CRC **314A8349**.